

Negociação agora será ampla

Laura Fonseca

Agora já se pode dizer que é oficial: o Brasil partiu para uma negociação ampla e política de sua dívida externa, ou seja, a fase três. O Presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore admitiu que, a partir do segundo semestre deste ano, o Brasil não vai mais se contentar em negociar a dívida de 1985, na base de repetir esta operação ano a ano.

"Estes dois últimos anos (82 e 83) foram desgastantes demais para que o governo deseje repetir este mesmo tipo de rolagem de dívida", disse, ao sair de um almoço no Ministério da Fazenda em homenagem ao Presidente do Manufacturers Hannover Bank, John McGuillicuddy, do qual participou toda a cúpula econômica brasileira, inclusive o Ministro Delfim Netto.

As declarações do início da semana, feitas pelo Presidente Executivo do Bank of America, Samuel Armacost, no sentido de que "o Brasil não deveria perder mais tempo com negociações parciais da dívida e partir para um esquema mais amplo", foram julgadas bizarras pela maior parte dos interlocutores brasileiros. Com novas declarações semelhantes de um segundo banqueiro norte-americano importante, e as primeiras observações de Pastore de que "está havendo avanços e progressos nesta direção" deixa claro que já existe um entendimento tácito entre credores e devedores de que o caminho seguro para ambos os lados passa por estas idéias.

O governo brasileiro não perde oportunidade de repetir que o processo de ajustamento da economia brasileira — redução do déficit público e dos gastos das estatais, expansão em apenas 50 por cento da base monetária e controle de inflação (que virá breve) — representa o dado essencial para a aprovação do FMI, e

para a "boa-vontade" da comunidade bancária internacional em aprovar negócios com o Brasil.

Na verdade, a situação não é bem esta. A dívida brasileira cresceu tanto que os bancos internacionais só reverão pelo menos parte de seu dinheiro se concordarem em dar ao Brasil condições de carência de pagamentos, juros baixos e longos prazos de amortização. Eles não podem esquecer que, pelo menos metade deste "famoso" 100 bilhões de dólares, nunca existiu realmente, representando juros sobre juros, comissões, flat-fees e outras sobretaxas que foram se acumulando, umas sobre as outras, à medida que o Brasil começou a não conseguir fazer face ao serviço completo da dívida.

Pastore, porém, não se mostrou muito otimista, fazendo ressalvas sobre o êxito desta negociação política. "Será preciso haver consenso entre países e credores. A situação exige calma e reflexão, mas, evidentemente, uma boa performance de exportações brasileiras em 1984, uma redução efetiva da inflação, que vai ocorrer certamente nos próximos meses, aliada a uma política de correção monetária e cambial coerente com esta inflação, dará aos nossos credores no exterior a certeza de que estão lidando com o governo sério, que não pensa em moratória ou num calote".

O Presidente do Banco Central não acredita que a sucessão presidencial seja um fato que perturbe este tipo de negociações. "Todo mundo sabe que o Brasil sempre honrou seus compromissos internacionais. O próximo governo, seja civil ou militar, pertença a este ou àquele partido político, vai seguir esta tradição e manter os compromissos assumidos pelo governo Figueiredo.